



**Gonçalves Dias**

**Câmara Municipal**

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

## CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa Eletronica nº 003/2026

## PROCESSO ADMINISTRATIVO

0302003/2026

## CONTRATANTE

Câmara Municipal de Gonçalves Dias/MA

## OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento parcelado de salgados variados, bolos, caldos e salada de frutas, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA.

## DATA DA SESSÃO

02 de março de 2026

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

08:00 as 14:00 horas

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Item

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS LOCAL

SIM

## SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

NÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS/MA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 003/2026**

**(Processo Administrativo nº 0302003/2026)**

A Câmara Municipal de Gonçalves Dias/MA, inscrita no CNPJ nº 11.011.335/0001-21, torna público que realizará Dispensa Eletrônica nº 003/2026, com critério de julgamento **Menor Preço**, de participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), mediante as condições estabelecidas neste edital, na hipótese do [art. 75](#), inciso II, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#), no **Decreto Legislativo nº 001/2026**, bem como, pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais normas aplicáveis ao objeto deste certame.

A sessão pública será realizada, via internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidores integrantes do quadro da Câmara Municipal, denominados (as) Agente de Contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no portal legislativo da câmara municipal.

**Data da sessão:** 02 de março de 2026

**Horário da Fase de Lances:** 08:00 as 14:00 horas, (horário de Brasília)

**Link:** <https://www.licitanet.com.br/>

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Item

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para fornecimento parcelado de salgados variados, bolos, caldos e salada de frutas, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.



2.1.1. O procedimento será divulgado no LicitaNet e encaminhado automaticamente aos fornecedores/prestadores de serviços registrados no sistema, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Licitanet poderá ser acessado pela web.

2.1.3. O fornecedor/prestador de serviço é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Legislativo Municipal nº 001/2026, **sendo PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO DE MEI/ME/EPP OU EQUIPARADAS SEDIADAS NO AMBITO MUNICIPAL/LOCAL.**

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores/ prestador de serviço:

2.3.1. Que não atendam às condições desta Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.6. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos da Lei da 14.133/2021;

2.3.7. Estejam impedidas de licitar e contratar com a Câmara municipal de Gonçalves Dias - MA, nos termos Lei da 14.133/2021;

2.3.8. Estejam elencadas no art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021;



2.3.9. Encontrem-se em processo de dissolução;

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com preenchimento no sistema eletrônico, com o cadastramento de sua proposta inicial, conforme exigidos neste edital.

3.1.1. O envio da proposta de preços, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.2. Os interessados, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



proponente o compromisso de executar os serviços/fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor Item.

4.3. O fornecedor/ prestador de serviço somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor/ prestador de serviço poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez) reais.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o prestador de serviço /fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os prestadores de serviço /fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.7.2. *O vencedor provisoriamente, na fase de lances ou até análise da habilitação, terá prazo de 02 (duas) horas ou conforme decisão do pregoeiro, para enviar sua proposta adequada.*

4.7.3. O não envio da proposta adequada ao valor final negociado ou dos documentos de habilitação, no prazo determinado pelo Pregoeiro, via chat, resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do Licitante, ficando ainda passível a aplicação de penalidade.

## **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**





## Gonçalves Dias

### Câmara Municipal

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro/agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores/ prestador de serviço classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor/ prestador de serviço o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação e/ou complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor/ prestador de serviço provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora/ prestador de serviço e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor/ prestador de serviço a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



5.6.2. O fornecedor/ prestador de serviço será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor/ prestador de serviço será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. *Será desclassificada a proposta vencedora que:*

5.8.1. Contiver vícios insanáveis;

5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8.6. Apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor/ prestador de serviço, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.7. O Pregoeiro antes de desclassificar a proposta conforme item anterior, poderá a seu critério realizar diligência no sentido de verificar a aceitabilidade das propostas (através de composição de custo unitário e/ou contrato e/ou nota fiscal) caso tenha alguma dúvida, levando em consideração a competitividade e a melhor forma de promover a aquisição para o órgão.

5.8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





5.8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.8.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. O AVISO da dispensa licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

**6.1.1.A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:**

6.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

6.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.1.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

6.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

*6.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

6.1.8. Cópia cédula RG e CPF empresário/sócios



## **6.2. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, através de Consulta Pública ao Cadastro Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, expedido pelo Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra), comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço. (se houver)

6.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

6.2.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto a ser contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

6.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto a ser contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;



6.2.7. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

6.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ou sociedade COOPERATIVA enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2011, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**6.3. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:**

6.3.1. No mínimo (01) um Atestado/Declaração de Capacidade Técnica compatível com o objeto desta contratação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo de modo satisfatório, produtos e/ou serviços da mesma natureza e/ou similares ao da presente contratação compatíveis em características, quantidades e prazos.

6.3.1.1. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão), preferencialmente, possuir a relação do(s) produto(s) ou serviços contendo no mínimo: descrição, unidade de medida e quantitativo(s) fornecido(s).

6.3.2. É facultada a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a veracidade das informações apresentada(s) no(s) atestado(s)/declaração(ões), consoante autoriza o art. 64 da Lei 14.133/2021.

6.3.3. O pregoeiro/agente de contratação, a seu critério poderá solicitar da empresa documentos complementares tais como: nota fiscal e/ou, contrato, dos atestados apresentados conforme item 6.3.1.

**6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:**

6.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

6.4.2. Balanço patrimonial e demonstração de resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados, na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, bem como termo de abertura e encerramento.

6.4.2.1. O balanço patrimonial e a demonstração de resultado deverá ser apresentados em uma das seguintes formas:

I - Publicados em Diário Oficial;

II - Publicados em Jornal; ou



## Gonçalves Dias

### Câmara Municipal

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

III - por cópia ou fotocópia registrada na Junta Comercial, ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da sede ou domicílio do licitante;

IV - Por cópia ou fotocópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado pela Junta Comercial, ou pelo Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da sede ou domicílio do licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento (de acordo com a IN nº 65/97-DNRC).

6.4.3. A situação financeira da licitante será analisada através dos balanços, sendo considerada qualificada aquela que obtiver, no mínimo, os seguintes Índices:

Índice de Liquidez Corrente superior a 1,00 –

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

Índice de Liquidez Geral superior a 1,00 –

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Índice de Solvência Geral superior a 1,00 –

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

6.4.3.1. As empresas que apresentarem índices contábeis iguais ou inferiores a 1 (um), deverão comprovar um capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação."

6.4.4. Qualquer dos documentos referidos na letra "a" deste item, somente serão considerados válidos na forma da lei se apresentados juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional responsável pela assinatura dos referidos documentos, expedidas pelo Conselho de Contabilidade, dentro do prazo de validade.

6.4.5. Para as empresas com menos de um ano de exercício, será aceito o balanço de abertura, como forma de comprovação de sua capacidade financeira;

## 6.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

6.5.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e fins do disposto no inciso VI do art.º 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme anexo III.

6.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Habilitanet, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema,



no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

6.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

6.8. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma

6.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Aviso de Contratação Direta, o licitante será declarado vencedor.

6.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.14. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.15. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.15. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.15.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.



6.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.17. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.17.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor/prestador de serviço adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;





7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor/ prestador de serviço que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/ prestador de serviço, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



8.2. O fornecedor/ prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/ prestador de serviço, por qualquer das infrações dos subitens 0 a 0;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 0 a 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 0 a 0, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;



- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. VIGÊNCIA**

- 9.1. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro do corrente ano.
- 9.2. O contrato poderá ser prorrogado, por determinação única e exclusivamente da câmara municipal, conforme art. 107 da Lei Federal 14.133/21.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 10.1. No caso de todos os fornecedores/ prestador de serviço forem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores/ prestador de serviço interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores/ prestador de serviço, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor/ prestador de serviço acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores/ prestador de serviço assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



## Gonçalves Dias

### Câmara Municipal

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. *Quando se tratar de certidões ou documento equivalente, em que não possuem validade ou a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos 60 (sessenta) dias que antecederem a data da abertura das propostas.*

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Termo de Referência

10.13.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

10.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

10.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços

Gonçalves Dias - MA, 24 de fevereiro de 2026

---

Francisco Wellison Araujo Ferreira  
Presidente da Câmara Municipal



---

**DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 003/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0302003/2026**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para fornecimento parcelado de salgados variados, bolos, caldos e salada de frutas, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A contratação compreenderá o preparo, acondicionamento e entrega dos alimentos na sede da Câmara Municipal.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. A presente contratação fundamenta-se:

- 2.1.1. No art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.1.2. Nos arts. 17 e 18 (fase preparatória e planejamento);
- 2.1.3. No art. 23 (pesquisa de preços);
- 2.1.4. No art. 40 (conteúdo do edital);
- 2.1.5. No art. 48 (tratamento favorecido às ME e EPP);
- 2.1.6. No art. 75 (dispensa de licitação);
- 2.1.7. No art. 92 (cláusulas essenciais do contrato);
- 2.1.8. No art. 117 (gestão e fiscalização contratual).

2.2. Aplica-se, subsidiariamente, a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto Legislativo 001/2026, e também pela Lei Federal 14.133/2021.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Câmara Municipal realiza regularmente Sessões ordinárias e extraordinárias; Sessões solenes; Audiências públicas; Reuniões administrativas; Recepção de autoridades e representantes da sociedade civil; Considerando a duração prolongada de determinadas atividades e a necessidade de garantir adequada estrutura de apoio, faz-se necessária a contratação de fornecimento de alimentos.

3.2. A contratação visa Assegurar condições adequadas para o desempenho das atividades legislativas; Garantir organização e padronização no atendimento de eventos oficiais; Evitar contratações emergenciais e fragmentadas;

**4. JUSTIFICATIVA DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME, EPP E EMPRESAS LOCAIS**





4.1. Nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, a contratação será destinada exclusivamente à participação de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) e pelo Decreto Legislativo 001/2026

4.2. O art. 48 da Lei 14.133/2021 estabelece tratamento diferenciado e favorecido às ME e EPP nas contratações públicas.

Além disso:

4.2.1. O objeto possui baixo vulto econômico;

4.2.2. Trata-se de fornecimento comum e amplamente executado por pequenos empreendedores locais;

4.2.3. A exclusividade é juridicamente permitida quando compatível com o valor estimado.

4.3. Justificativa Técnica e Econômica

4.3.1. A exclusividade também se justifica por:

4.3.1.1. Fomento ao desenvolvimento econômico local, promovendo circulação de renda no município de Gonçalves Dias – MA;

4.3.1.2. Incentivo à formalização de pequenos empreendedores;

4.3.1.3. Redução de custos logísticos e maior agilidade nas entregas;

4.3.1.4. Atendimento ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei 14.133/2021);

4.3.1.5. Existência de fornecedores locais aptos a executar o objeto sem prejuízo da competitividade.

**4.4. Dessa forma, a restrição é proporcional, razoável e alinhada ao interesse público.**

## **5. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**

### **5.1 Itens**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
1	Salgado tipo coquetel. Especificações: Variados, (pastel, coxinha, empada, salgada, empada doce, rabo de tatu, quibe e bolinho de queijo).	centro	200	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00
2	Sanduche. Especificações: Pão de forma com patê de frango desfiado, maionese, milho, azeitona e ervilha.	und	200	R\$ 4,50	R\$ 900,00
3	misto quente(assado), com fatias de queijo e mortadela	Und	200	R\$ 4,17	R\$ 834,00
4	beju enrolado, feito com tapioca, passado na manteiga.	Und	200	R\$ 3,33	R\$ 666,00



## Gonçalves Dias

### Câmara Municipal

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

5	Caldo de carne / frango. Especificações: Feito com carne moída ou carne de frango, temperado com macaxeira, cenoura, beterraba, alho, pimenta e sal e cheiro verde, deve ser servido com ovo de galinha cozido, 300ml.	und	150	R\$ 5,00	R\$ 750,00
6	Salada de frutas. Especificações: Diversas frutas, mamão, laranja, melancia, banana, melão, manga, maçã e uva, devendo ser apresentados e servidas de forma adequada, copo de 300 ml.	und	150	R\$ 4,67	R\$ 700,50
7	Creme. Especificações: Servido frio ou quente, sabores variados, milho, galinha, abacaxi ou maracujá 300g.	und	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
8	Bolo. Especificações: Diversos sabores de forma circular, suficiente para ser dividido em 15 fatias de no mínimo 50g.	und	120	R\$ 30,00	R\$ 3.600,00
9	Empada de frango. Especificações: Feito com carne fresca, feita com óleo em vegetal, pesando no mínimo 200g	centro	150	R\$ 4,67	R\$ 700,50
					R\$ 29.351,00

#### 5.2 Requisitos mínimos

- Produtos preparados no dia da entrega;
- Ingredientes de primeira qualidade;
- Manipulação conforme normas sanitárias vigentes;
- Acondicionamento adequado para transporte;
- Entrega na sede da Câmara Municipal;
- Fornecimento parcelado conforme demanda formal.

#### 6. ESTIMATIVA DE VALOR

6.1. O valor estimado será obtido mediante:

5.1.1. Pesquisa direta com fornecedores locais e/ou através de Consultas a contratações públicas, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Valor estimado R\$: 29.351,00 (vinte e nove mil trezentos e cinquenta e um reais)

#### 7. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

7.1. A modalidade definida é através de Dispensa Eletrônica de Licitação (art. 75, II, da lei 14.133/2021);

7.2. Critério de julgamento: Menor Preço Item.

#### 8. PRAZO DE VIGÊNCIA



8.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, podendo ser prorrogado conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Fornecer salgados, bolos, caldos e salada de frutas conforme especificações, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento;
- 8.2. Executar o fornecimento de forma parcelada, conforme demanda da Administração;
- 8.3. Entregar os produtos na sede da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA, nos dias e horários previamente definidos;
- 8.4. Garantir que os alimentos sejam preparados no dia da entrega, assegurando frescor e qualidade.
- 8.5. Utilizar ingredientes de boa qualidade e dentro do prazo de validade;
- 8.6. Observar rigorosamente as normas sanitárias vigentes, inclusive as Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e regulamentações da Vigilância Sanitária;
- 8.7. Acondicionar e transportar os alimentos em embalagens adequadas, preservando temperatura, higiene e integridade;
- 8.8. Substituir imediatamente, às suas expensas, produtos que apresentem irregularidades, baixa qualidade, deterioração ou desacordo com as especificações.
- 8.9. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;
- 8.10. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.11. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- 8.12. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto contratado sem autorização formal da Administração.
- 8.13. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos;
- 8.14. Comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer a execução contratual.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



10.1. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.2. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

10.2. Registrar formalmente eventuais ocorrências relacionadas à execução.

10.3. Emitir Ordem de Fornecimento contendo especificação, quantitativos e prazos;

10.4. Informar previamente datas e horários de entrega.

10.5. Receber provisoriamente os produtos no ato da entrega;

10.6. Recusar produtos que não atendam às exigências contratuais.

10.7. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido em contrato, após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada;

10.8. Exigir regularidade fiscal da contratada no momento do pagamento, quando aplicável.

10.9. Aplicar, quando cabível, as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

10.10. Garantir à contratada o contraditório e a ampla defesa.

## **11. PAGAMENTO**

11.1. O pagamento pelo fornecimento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento definitivo dos produtos, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, observada a ordem cronológica de pagamentos prevista no art.

141 da Lei nº 14.133/2021 e condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada.

11.3. A Nota Fiscal deverá conter:

- Descrição detalhada dos itens fornecidos;
- Quantidades;
- Valores unitários e totais;

11.4. O pagamento ficará condicionado a comprovação da regular execução do objeto;

## **12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração acompanhar e fiscalizar a execução contratual, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.



12.2. A CONTRATANTE designará formalmente Gestor do Contrato, responsável pela coordenação geral da execução contratual e Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento técnico e operacional do fornecimento.

12.3. A designação será formalizada por ato administrativo próprio.

**12.3.1. Competências do Gestor do Contrato**

- a) Acompanhar o cumprimento das condições contratuais;
- b) Controlar prazos de vigência e execução;
- c) Solicitar aditivos, quando necessários;
- d) Registrar ocorrências relevantes;
- e) Encaminhar à autoridade competente pedidos de aplicação de sanções, quando cabível;
- f) Zelar pelo cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

**12.3.2. Competências do Fiscal do Contrato**

- a) Acompanhar a entrega dos salgados, bolos, caldos e salada de frutas;
- b) Verificar a conformidade dos produtos com as especificações do Termo de Referência;
- c) Realizar o recebimento provisório e definitivo;
- d) Atestar as Notas Fiscais para fins de pagamento;
- e) Registrar, em relatório próprio, eventuais falhas ou irregularidades;
- f) Determinar a substituição de produtos inadequados;
- g) Comunicar ao gestor quaisquer irregularidades que possam ensejar penalidades.

12.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente da execução contratual.

12.5. A CONTRATADA deverá facilitar a atuação da fiscalização, prestando todas as informações solicitadas.

12.6. Todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato deverão ser registradas formalmente.

**13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA, exercício 2026.

**14. SANÇÕES**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pelo descumprimento das obrigações assumidas no fornecimento objeto deste termo de referência a CONTRATADA ficará sujeita às



sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### 14.2. Infrações Administrativas

- I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- III – Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – Deixar de entregar os produtos no prazo estabelecido;
- V – Entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas;
- VI – Apresentar documentação falsa;
- VII – Comportar-se de modo inidôneo;
- VIII – Praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.

#### 14.3. Sanções Aplicáveis

##### 14.3.1. Advertência

14.3.1.1. Aplicável em caso de infrações de menor gravidade, especialmente atraso eventual ou falhas formais que não causem prejuízo relevante.

#### 14.4. Multa

14.4.1. Poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções, nos seguintes termos:

##### a) Multa moratória:

- 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor do item não entregue, limitada a 10% (dez por cento).

##### b) Multa compensatória:

- Até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial;
- Até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total.

#### 14.5. Impedimento de Licitar e Contratar

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021.

#### 14.6. Declaração de Inidoneidade

14.7. Para infrações de maior gravidade, poderá ser aplicada declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

14.8. A aplicação de qualquer penalidade dependerá de processo administrativo, assegurados:

- Contraditório;
- Ampla defesa;
- Decisão motivada da autoridade competente.

14.9. A multa poderá ser:





- Descontada dos pagamentos devidos;
- Cobrado judicialmente, se necessário.

## **15. RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. O recebimento ocorrerá nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, em duas etapas:

### **15.1.1. Recebimento Provisório**

- a) Será realizado no ato da entrega, pelo fiscal do contrato ou servidor designado;
- b) Consistirá na conferência quantitativa e verificação preliminar das condições aparentes dos produtos;
- c) Não implica aceitação definitiva.

### **15.1.2. Recebimento Definitivo**

- a) Será realizado após verificação da conformidade dos produtos com as especificações contratuais;
- b) Ocorre mediante atesto do fiscal do contrato;
- c) Somente após o recebimento definitivo será autorizada a liquidação da despesa para pagamento.

15.2. Serão recusados produtos que:

- a) Estejam em desacordo com as especificações;
- b) Apresentem má qualidade, deterioração ou aspecto impróprio para consumo;
- c) Sejam entregues em quantidade inferior à solicitada;
- d) Não estejam devidamente acondicionados.

15.3. A CONTRATADA deverá substituir os produtos recusados no prazo máximo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

15.4. A não substituição no prazo poderá ensejar aplicação das sanções previstas contratualmente, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A empresa interessada em participar do procedimento de Dispensa de Licitação deverá apresentar proposta de preço, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no AVISO e seus anexos.

16.2. A proponente deverá apresentar planilha de preços, obedecendo à sequência dos itens, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

16.3. As planilhas deverão contemplar custos reais. A administração poderá verificar a compatibilidade dos preços consignados nas planilhas, com os preços praticados no mercado, de



**Gonçalves Dias**

**Câmara Municipal**

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

forma a se evitar “jogo de planilha”, ou seja, discrepâncias exageradas, o que poderá ensejar na recusa da proposta.

## **17. CONCLUSÃO**

A contratação pretendida mostra-se:

- Necessária;
- Adequada ao interesse público;
- Compatível com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade;
- Juridicamente viável com participação exclusiva de MEI, ME e EPP locais.



## Gonçalves Dias

### Câmara Municipal

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

#### ANEXO II

MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº 003/2026

Processo Administrativo nº 0302003/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS E A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE SALGADOS VARIADOS, BOLOS, CALDOS E SALADA DE FRUTAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS – MA, CONFORME CLAUSULAS ABAXO:

A **CAMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS**, situada na Praça João Afonso Cardoso, s/n, Centro, Gonçalves Dias - Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 11.011.335/0001-21, por intermédio e seu Presidente o Sr. Francisco Wellison Araujo Ferreira, CPF: 611.806.563-26, Portador do RG nº 045760402012-0, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 003/2026**, do tipo menor preço. O Presente Contrato reger-se-á pelas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II, Decreto Legislativo 001/2026, Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e demais normas pertinentes à espécie, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento parcelado de salgados variados, bolos, caldos e salada de frutas, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA.

#### Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Dispensa de Licitação Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Decreto Legislativo Municipal 001/2026 e pelos preceitos de direito público.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL



3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ \_\_\_\_\_, conforme proposta adjudicada.

Item	Descrição	Und	Qtd/serviços	v. unit.	v. total

#### **Cláusula Quarta – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

01 031 0001 2.001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

#### **Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:**

- 1.1. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2026 e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/21.
- 1.2. A prorrogação de que trata este item fica a critério da autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

#### **Cláusula Sexta – DA EXECUÇÃO, PRAZO DOS SERVIÇOS**

6.1. O fornecimento compreenderá:

- I – Produção e preparo dos alimentos, observando padrões de qualidade e higiene;
- II – Acondicionamento adequado para transporte;
- III – Entrega nos locais indicados pela Administração, nos prazos previamente estabelecidos;
- IV – Substituição imediata de produtos que não atendam às especificações contratuais.

6.2. Os produtos deverão:

- Ser preparados no mesmo dia da entrega;
- Atender às normas sanitárias vigentes;
- Possuir padrão uniforme de tamanho, peso e apresentação;
- Estar próprios para consumo, dentro do prazo adequado.

6.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento.

6.4. O prazo para entrega será de acordo com a solicitação formal, podendo variar conforme a quantidade solicitada.



**Gonçalves Dias**  
**Câmara Municipal**  
CNPJ: 11.011.335/0001-21  
Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

---

#### **Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO:**

7.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, observada a ordem cronológica de pagamentos prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada:

7.1.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

7.1.2. Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos e da Dívida Ativa Estadual;

7.1.3. Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município;

7.1.4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

7.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor/prestador de serviço apresentar em sua solicitação/proposta.

7.1.6. O eventual atraso na entrega da Nota Fiscal acarretará correspondente e proporcional atraso no pagamento, sem qualquer penalização ou atualização monetária.

7.1.7. Caso se constate alguma irregularidade na Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, o documento será devolvido para correção, sendo restabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o pagamento, a contar do atesto da nota fiscal devidamente aprovada pela CONTRATANTE.

#### **Cláusula Oitava – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:**

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 124, alínea d, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

#### **Cláusula Nona – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

9.1. Aplica-se ao presente contrato a Lei de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

#### **Cláusula Decima – DA FISCALIZAÇÃO:**



10.1. A fiscalização dos serviços será exercida pela Contratante, por intermédio de servidor previamente designado, conforme lei 14.133/2021.

10.2. A presença da fiscalização no local dos serviços não atenua nem diminui a responsabilidade da Contratada no que diz respeito a qualquer ocorrência, atos irregulares ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos a ele relacionados.

### **Clausula Décima Primeira – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1. O recebimento ocorrerá nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, em duas etapas:

#### 11.1.1. Recebimento Provisório

- a) Será realizado no ato da entrega, pelo fiscal do contrato ou servidor designado;
- b) Consistirá na conferência quantitativa e verificação preliminar das condições aparentes dos produtos;
- c) Não implica aceitação definitiva.

#### 11.1.2. Recebimento Definitivo

- a) Será realizado após verificação da conformidade dos produtos com as especificações contratuais;
- b) Ocorre mediante atesto do fiscal do contrato;
- c) Somente após o recebimento definitivo será autorizada a liquidação da despesa para pagamento.

#### 11.2. Serão recusados produtos que:

- a) Estejam em desacordo com as especificações;
- b) Apresentem má qualidade, deterioração ou aspecto impróprio para consumo;
- c) Sejam entregues em quantidade inferior à solicitada;
- d) Não estejam devidamente acondicionados.

11.3. A CONTRATADA deverá substituir os produtos recusados no prazo máximo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

11.4. A não substituição no prazo poderá ensejar aplicação das sanções previstas contratualmente, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

### **Clausula Decima Segunda - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Fornecer salgados, bolos, caldos e salada de frutas conforme especificações, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento;
- 12.2. Executar o fornecimento de forma parcelada, conforme demanda da Administração;
- 12.3. Entregar os produtos na sede da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA, nos dias e horários previamente definidos;





- 12.4. Garantir que os alimentos sejam preparados no dia da entrega, assegurando frescor e qualidade.
- 12.5. Utilizar ingredientes de boa qualidade e dentro do prazo de validade;
- 12.6. Observar rigorosamente as normas sanitárias vigentes, inclusive as Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e regulamentações da Vigilância Sanitária;
- 12.7. Acondicionar e transportar os alimentos em embalagens adequadas, preservando temperatura, higiene e integridade;
- 12.8. Substituir imediatamente, às suas expensas, produtos que apresentem irregularidades, baixa qualidade, deterioração ou desacordo com as especificações.
- 12.9. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;
- 12.10. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.11. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- 12.12. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto contratado sem autorização formal da Administração.
- 12.13. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos;
- 12.14. Comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer a execução contratual.

### **Clausula Decima Terceira - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 13.1. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 13.2. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- 13.2. Registrar formalmente eventuais ocorrências relacionadas à execução.
- 13.3. Emitir Ordem de Fornecimento contendo especificação, quantitativos e prazos;
- 13.4. Informar previamente datas e horários de entrega.
- 13.5. Receber provisoriamente os produtos no ato da entrega;
- 13.6. Recusar produtos que não atendam às exigências contratuais.
- 13.7. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido em contrato, após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada;



13.8. Exigir regularidade fiscal da contratada no momento do pagamento, quando aplicável.

13.9. Aplicar, quando cabível, as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

13.10. Garantir à contratada o contraditório e a ampla defesa.

#### **Cláusula Decima Quarta – EXTINÇÃO DO CONTRATO:**

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131.º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **Cláusula Decima Quinta – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**

15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pelo descumprimento das obrigações assumidas no fornecimento objeto deste termo de referência a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Infrações Administrativas

- I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;



## Gonçalves Dias

### Câmara Municipal

CNPJ: 11.011.335/0001-21

Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

III	–	Dar	causa	à	inexecução	total	do	contrato;
IV	–	Deixar	de	entregar	os	produtos	no	prazo
V	–	Entregar	produtos	em	desacordo	com	as	especificações
VI	–	Apresentar				documentação		falsa;
VII	–	Comportar-se		de		modo		inidôneo;
VIII	– Praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.							

#### 15.3. Sanções Aplicáveis

##### 15.3.1. Advertência

15.3.1.1. Aplicável em caso de infrações de menor gravidade, especialmente atraso eventual ou falhas formais que não causem prejuízo relevante.

#### 15.4. Multa

15.4.1. Poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções, nos seguintes termos:

##### a) Multa moratória:

- 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor do item não entregue, limitada a 10% (dez por cento).

##### b) Multa compensatória:

- Até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial;
- Até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total.

#### 15.5. Impedimento de Licitar e Contratar

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021.

#### 15.6. Declaração de Inidoneidade

15.7. Para infrações de maior gravidade, poderá ser aplicada declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.8. A aplicação de qualquer penalidade dependerá de processo administrativo, assegurados:

- Contraditório;
- Ampla defesa;
- Decisão motivada da autoridade competente.

15.9. A multa poderá ser:

- Descontada dos pagamentos devidos;
- Cobrado judicialmente, se necessário.

### Cláusula Decima Sexta – LOCAL E HORÁRIO DE ATENDIMENTO

16.1. O fornecimento será feito na sede da Câmara Municipal com endereço na Praça João Afonso Cardoso, s/n, Centro, Gonçalves Dias – MA ou conforme solicitação da contratante.



### **Clausula Decima sétima – DA VINCULAÇÃO**

17.1. O presente instrumento de contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação, ao termo de referência ou ao termo que a dispensou, bem como proposta apresentados pela Contratada, e à(s) ordem(ns) de serviço emitidas pela Contratante.

### **Clausula Decima Oitava - EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E OUTROS MATERIAIS**

18.1. Todos os equipamentos, utensílios, materiais de limpeza e coleta, indispensáveis à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em número suficiente, adequado e de comprovada eficiência e qualidade, podendo a CONTRATANTE exigir suas substituições.

### **Clausula Vigésima – DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dom Pedro, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Gonçalves Dias - MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada



### ANEXO III

#### DISPENSA ELETRONICA Nº 003/2026

Modelo de Declaração que não Contrata menor  
termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

A

Câmara municipal de Gonçalves Dias/MA  
Praça João Afonso Cardoso, s/n, Centro, Gonçalves Dias - MA

Prezados,

A

empresa....., com  
endereço.....,  
inscrita no CNPJ sob o nº....., Declara, para fins do  
disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor  
de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16  
(dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos  
do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do  
dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado,  
sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Local e data

---

Representante Legal  
RG, CPF  
Cargo/função



**Gonçalves Dias**  
**Câmara Municipal**  
CNPJ: 11.011.335/0001-21  
Praça João Afonso Cardoso, S/N, Centro - Gonçalves Dias - MA

#### ANEXO IV

#### DISPENSA ELETRONICA Nº 003/2026 MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Câmara municipal de Gonçalves Dias/MA

**Prezados,**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento parcelado de salgados variados, bolos, caldos e salada de frutas, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Gonçalves Dias – MA, conforme descrito na planilha anexo a esta, de acordo com a legislação em vigor e condições do Edital e seus anexos.

#### INFORMAÇÕES

Razão Social: \_\_\_\_\_ Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_, Endereço: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Responsável legal: \_\_\_\_\_

Dados Bancários:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

#### PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição	Und	Qtd	V. Unit.	V. Total	Marca

Declaramos conhecer a legislação de referência desta licitação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os termos, inclusive quando ao pagamento e outros.

Nos preços indicados acima estão inclusos, além dos produtos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

Declaramos cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à documentação, obtendo todas as autorizações que se fizerem necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura do processo.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
RG, CPF  
Cargo/função

OBS: A planilha deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa participante do processo em epigrafe, bem como, conter assinatura do responsável.